



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO**

**Registro: 2025.0000276141**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1028567-44.2024.8.26.0564, da Comarca de São Bernardo do Campo, em que é apelante COLÉGIO -----, são apelados ----- e -----.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Negaram provimento ao recurso. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ANA MARIA BALDY (Presidente) E MARRONE SAMPAIO.

São Paulo, 24 de março de 2025.

**GILSON DELGADO MIRANDA Relator Assinatura Eletrônica**

**1ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo**

**Apelação n. 1028567-44.2024.8.26.0564**

**Apelante: Colégio -----**

**Apelados: ----- e outro**

**Voto n. 31.332**

**SERVIÇOS EDUCACIONAIS. Após oito meses de frequência às aulas, genitores descobrem que a filha não estava efetivamente matriculada junto à Secretaria Escolar Digital. Falha na prestação de serviços. Danos materiais configurados. Danos morais caracterizados. Sentença mantida. Recurso não provido.**

Vistos.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

Cuida-se de recurso de apelação interposto contra a sentença de fls. 473/477, cujo relatório adoto, proferida pela juíza da 1ª Vara Cível da Comarca de São Bernardo do Campo, Carolina Nabarro Munhoz Rossi, que julgou procedente a pretensão inicial "para condenar a ré a ressarcir os prejuízos materiais, quanto aos valores indicados à fl. a 34, a ser corrigido pela Tabela prática do TJ/SP desde a data do desembolso e juros desde a citação; bem como condenar a ré a indenizar danos morais, em R\$5.000,00, com correção monetária desde o arbitramento e juros desde o trânsito em julgado". Diante da sucumbência, condenou a parte ré ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

Segundo a apelante, ré, sua ilegitimidade passiva deve ser reconhecida, com a extinção do processo, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. No mérito, pleiteia o julgamento de improcedência da pretensão autoral, "visto que os próprios autores atribuem nos autos n.º 1028295-50.2024.8.26.0564, processo distribuído em data anterior à presente ação, culpa exclusiva do evento danoso à Escola -----" (fls. 480/497).

Recurso tempestivo, preparado (fls. 499/500) e respondido (fls. 504/515).

**Esse é o relatório.**

Inicialmente, não há que se falar em ilegitimidade de parte. O artigo 17 do Código de Processo Civil é expresso: "para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade". Nesses termos, autorizada doutrina conceitua a legitimidade para a causa como sendo a "qualidade para estar em juízo, como demandante ou demandado, em relação a determinado conflito trazido ao exame do juiz. Ela depende sempre de uma necessária 'relação entre o sujeito e a causa' e traduz-se na relevância que o resultado desta virá a ter sobre sua esfera de direitos, seja para favorecê-la ou para restringi-la. [...] Daí conceituar-se essa condição da ação como 'relação de legítima adequação entre o sujeito e a causa'" (Cândido Rangel Dinamarco, "Instituições de direito processual civil", vol. II, 6ª edição, São Paulo, Malheiros, 2009, p. 313). Em poucas palavras, a legitimação processual decorre "da situação simplesmente afirmada" (José Roberto dos Santos Bedaque, "Efetividade do processo e técnica processual", São Paulo, Malheiros, 2006, p. 284).

A inicial indica a responsabilidade da ré pelos danos materiais e morais suportados. É o suficiente para a rejeição da preliminar. Nesse diapasão, vale dizer que "as condições da ação, entre elas a legitimidade



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

'ad causam', devem ser avaliadas 'in status assertionis', limitando-se ao exame do que está descrito na petição inicial, não cabendo ao Juiz, nesse momento, aprofundar-se em sua análise, sob pena de exercer um juízo de mérito" (STJ, REsp n. 1.424.617-RJ, 3ª Turma, j. 06/05/2014, rel. Min. Nancy Andrighi).

Se ao final, em um exame vertical, ficarem comprovadas ou não as proposições iniciais, a questão é de procedência ou improcedência do pedido, mas não de carência de uma das condições da ação.

Rejeitada a matéria preliminar, no mérito, digo que o recurso não comporta provimento.

Em primeiro lugar, em que pese a argumentação deduzida pela recorrente, sua responsabilidade pelos danos sofridos pela parte autora está demonstrada a contento nos autos.

Conforme observou o juízo de primeiro grau, "houve erro cometido pela ré, ao aceitar a matrícula da criança na escola no ano letivo de 2023, sem antes conferir se ela tinha idade suficiente para cursar o ano, nos termos das normativas do Ministério da Educação (Resolução CNE /CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>, consultado nesta data). Não obstante a ré tenha apontado que o sistema municipal não tenha apontado qualquer problema na matrícula, é preciso observar que não é devida a imputação de culpa à Secretaria Municipal ou qualquer outro órgão fiscalizador público, pois a matrícula e inserção da criança no sistema de ensino é de responsabilidade da escola, ou seja, da ré. A falha, de fato, ocorreu, pois a criança não foi inserida devidamente no Secretaria Escolar Digital- SED. Certo é que a criança iniciou o curso e somente após vários meses do início das aulas, os pais foram surpreendidos com a notícia de que a criança não estava efetivamente matriculada junto ao SED \_ Secretaria Escolar Digital. Cabia à ré a conferência da documentação entregue no momento do requerimento de matrícula e verificar se a criança cumpria com todos os requisitos para cursar o ano, mas não o fez" (fls. 475).

Com efeito, a ré se mostrou negligente ao não conferir a documentação entregue no momento do requerimento da matrícula, deixando de constatar que a criança não cumpria os requisitos para cursar o ano letivo.

Assiste razão à parte apelada ao afirmar que



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

existiram "falhas nos procedimentos, desde o recebimento dos documentos, até a finalização do cadastro junto ao sistema da secretária de educação" (fls. 508).

Ademais, nem se diga que a recorrente está isenta de responsabilidade pelo fato de a parte recorrida ter ajuizado outra ação (autos n. 1028295-50.2024.8.26.0564) contra pessoa jurídica diversa (-----) narrando os mesmos fatos.

Consoante apontou o juízo "a quo", não havia conexão de ações. Ora, não lhe eram comuns os pedidos ou a causa de pedir, considerando que a parte autora relata aqui fatos que dizem respeito somente à ré e não à escola -----.

De mais a mais, nos autos n. 1028295-50.2024.8.26.0564, o juízo de primeiro grau, em sentença não recorrida proferida em 24/02/2025, homologou acordo firmado pelas partes (escola ----- e os ora coautores), extinguindo o processo na forma do artigo 487, inciso III, "b" do Código de Processo Civil.

**Em segundo lugar**, evidenciados a conduta ilícita da ré e os danos materiais, advém a obrigação de ressarcimento.

De fato, a parte autora elenca a fls. 34 diversos valores pagos diretamente à ré que devem ser ressarcidos.

Destarte, não há como afastar a condenação ao pagamento de indenização por danos materiais.

**Em terceiro lugar**, os danos morais restam devidamente caracterizados.

Como é cediço, "dano moral, exatamente porque moral, dispensa sua demonstração. Afere-se se segundo o senso comum do homem médio" (TJSP, Apelação n. 0520144-89.2010.8.26.0000, 28ª Câmara de Direito Privado, j. 24/08/2012, rel. Des. Júlio Vidal). É essa a orientação atual do próprio Superior Tribunal de Justiça: em se tratando de dano moral, "a responsabilização do agente opera-se por força do simples fato da violação, de modo a tornar-se desnecessária a prova concreta do prejuízo" (STJ, Informativo de Jurisprudência n. 404, 24 a 28 de agosto de 2009).

Não se desconhece que, ordinariamente, mero aborrecimento decorrente de descumprimento contratual não tem o condão de gerar dano moral indenizável: "como regra, o descumprimento de contrato, puro



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
35ª CÂMARA DE DIREITO PRIVADO

e simples, não enseja reparação a título de dano moral" (STJ, AgRg-Ag n. 1.271.295-RJ, 3ª Turma, j. 16/03/2010, rel. Min. Sidnei Beneti).

Ocorre que, no caso dos autos, a existência de danos morais decorre da própria natureza dos fatos: a falha na prestação de serviços levou a criança a cursar novamente o primeiro ano do ensino fundamental em 2024, o que certamente causou frustração à família e à própria criança, bem como prejuízos à sua formação escolar.

À vista dessas considerações, a sentença está indiscutivelmente correta e, por isso, deve ser integralmente mantida.

Posto isso, **nego provimento** ao recurso. Sem prejuízo, mantido o critério de arbitramento adotado pelo juízo de primeiro grau, majoro para **15%** os honorários advocatícios sucumbenciais fixados em favor do patrono da parte autora, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil.

**GILSON MIRANDA**

**Relator**

Assinatura Eletrônica